

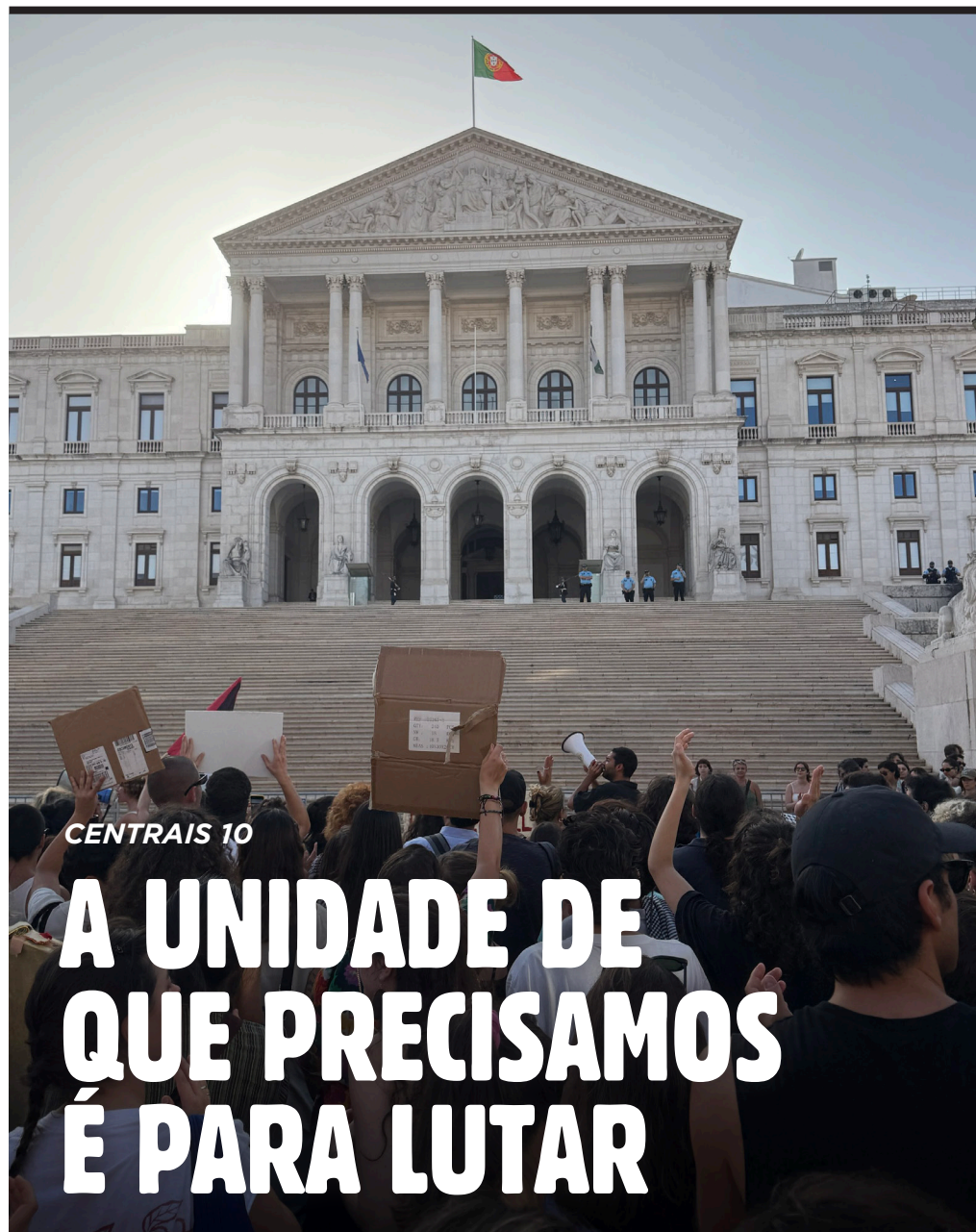
COMBATE



JUNHO
JULHO 2025

2,00€
PREÇO SOLIDÁRIO

DIRETOR
Bruno Cancelinha



CENTRAIS 10

A UNIDADE DE QUE PRECISAMOS É PARA LUTAR

BASTA DE FOME E GENOCÍDIO EM GAZA

PALESTINA 18 E 19

RENATA CAMBRA

CHEGOU O FASCISMO?

OPINIÃO 4

Entregamos o pedido de legalização ao Tribunal Constitucional

CENTRAIS 11

Carta Aberta aos camaradas que têm rompido com o Bloco de Esquerda

NACIONAL 12

MÁRIO MACHADO PRESO

TRABALHADORES UNIDOS 14



LEGISLATIVAS 2025

A DIREITA CRESCEU, A ESQUERDA COLAPSOU. E AGORA?

EDITORIAL

As eleições de 10 de março marcaram um novo momento na crise do regime português. A vitória da Aliança Democrática (AD), o crescimento do Chega até ao patamar do PS e a derrota eleitoral da esquerda reformista redesenharam o mapa parlamentar: mais à direita, mais fragmentado e sem maioria estável à vista. Mas a fotografia do parlamento não deve ser confundida com um realinhamento ideológico profundo da sociedade portuguesa. O que se expressa, antes, é o prolongamento de um ciclo de decomposição do regime e da sua representação política tradicional, cada vez mais incapaz de dar resposta às necessidades mais básicas da maioria trabalhadora.

A AD venceu com pouco mais de 29% dos votos — um resultado que mostra tanto o desgaste do PS como os limites da coligação liderada por Montenegro. A abstenção manteve-se elevada, acima dos 35%, sinal de que mais de três milhões de pessoas não viram nenhuma alternativa credível entre as forças do sistema. A ascensão do Chega, por sua vez, reflete uma combinação de raiva acumulada, desilusão com as promessas falhadas da esquerda governante e ausência de uma alternativa consequente à esquerda do PS, o que permitiu à extrema-direita capitalizar o descontentamento de setores cada vez mais amplos, em particular fora dos grandes centros urbanos.

Ao mesmo tempo, o colapso do Bloco de Esquerda e da CDU confirmou o impasse da estratégia de integração parlamentar e gestão da crise por dentro das instituições. Depois de anos de apoio ou moderação face a governos PS, os partidos da esquerda reformista perderam o papel de canalização do descontentamento e viram desmoronar o seu espaço político. A Iniciativa Liberal, por sua vez, não teve a força que esperava, ficando limitada a um papel auxiliar no novo quadro parlamentar. O Livre cresceu

O Chega, por seu lado, já deu sinais de querer ser reconhecido como “partido responsável” e interlocutor do governo, enquanto mantém a retórica de oposição ao “sistema” — uma contradição que tenderá a agudizar-se.

como solução moderada no centro-esquerda, mas sem alterar substancialmente o equilíbrio político de fundo.

O novo parlamento será palco de negociações tensas, jogos de pressão cruzada e uma instabilidade estrutural. A AD tentará governar com base em acordos pontuais, explorando a ambiguidade do PS e o apoio da extrema-direita sempre que necessário. O Chega, por seu lado, já deu sinais de querer ser reconhecido como “partido responsável” e interlocutor do governo, enquanto mantém a retórica de oposição ao “sistema” — uma contradição que tenderá a agudizar-se.

Com ou sem revisão constitucional, a ameaça aos nossos direitos é real

Muito se tem discutido sobre a possibilidade de uma revisão constitucional, já que



a AD, o Chega e a Iniciativa Liberal somam os dois terços de deputados necessários para o fazer. No entanto, a correlação de forças é frágil e a própria AD tem recuado neste terreno, procurando apresentar-se como um governo “ao centro” e empenhado na estabilidade. Ainda assim, mesmo sem alterar a Constituição, existe margem para a aprovação de medidas que ataquem direitos fundamentais.

Privatizações, limitações ao direito à greve, reformas regressivas na saúde e educação pública, ataques à habitação, repressão sobre os bairros populares ou perseguição aos movimentos sociais podem avançar com o apoio da IL e a abstenção ou colaboração do PS — como já aconteceu noutros momentos. A história das revisões constitucionais também não deixa margem para confiança: o PS foi sempre parte ativa ou cúmplice nos retrocessos aprovados desde 1976.

A história das revisões constitucionais também não deixa margem para confiança: o PS foi sempre parte ativa ou cúmplice nos retrocessos.

A direita institucional procurará, agora, explorar a crise da esquerda e o cansaço social para fazer passar a sua agenda, combinando uma retórica de moderação com práticas concretas de desmantelamento de

direitos. O perigo não está apenas nas proclamações da extrema-direita, mas sobretudo na normalização da ofensiva liberal-autoritária pelo centro político.

É preciso organizar uma resposta política e social à altura

Perante este cenário, a pior resposta seria o fatalismo ou a passividade. A “viragem à direita” não é um destino inevitável. A resistência pode começar desde já, nas lutas concretas contra os ataques que se anunciam e também na construção de uma alternativa política consequente à esquerda do regime.

Para travar os planos da direita e da extrema-direita, é preciso romper com a lógica de unidade com o PS — um dos principais responsáveis pelo colapso social e político que nos trouxe até aqui. Não se combate a extrema-direita com pactos institucionais, mas sim com organização popular e mobilização nas ruas. Por isso, é preciso exigir à CGTP e à UGT que convoque os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos de esquerda para um fórum onde se possa discutir a criação de um plano de luta unificado, construído nas bases, a partir de assembleias democráticas.

É preciso avançar também na construção de uma força independente, que represente os interesses da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. É nesse sentido que surgiu o Trabalhadores Unidos, que acaba de entregar no Tribunal Constitucional o pedido de legalização como partido político. Para se construir não como mais uma força parlamentar desligada da realidade, mas como uma ferramenta de intervenção ao serviço das lutas sociais e da organização popular. Queremos contribuir para construir uma

alternativa anticapitalista e socialista, enraizada no mundo do trabalho e capaz de dar expressão política à revolta e às esperanças que existem perante este sistema em crise.

Essa alternativa deve assentar num programa de emergência que responda às necessidades concretas da maioria: o aumento geral de salários e pensões; a redução do tempo de trabalho sem perda de salário; o reforço dos serviços públicos; um plano massivo de habitação pública; a reversão das privatizações dos setores estratégicos do país, como a energia; a defesa do direito à greve e à organização sindical; um plano para transição energética que seja socialmente justo e ambientalmente sustentável; garantia de plenos direitos para os imigrantes, as comunidades racializadas e pessoas lgbtqi+; a taxação das grandes fortunas; e a suspensão do pagamento dívida, que sufoca o país para benefício de banqueiros e grandes grupos económicos.

Sabemos que esse caminho não será fácil nem rápido. Mas é o único que pode devolver voz e poder aos que hoje não contam para as contas do sistema. O tempo para começar é agora.

SEM COMENTÁRIO



ORGÃO OFICIAL DO



**TRABALHADORES
UNIDOS**



Unidade Internacional de
Trabalhadoras e Trabalhadores
Quarta Internacional

ONDE ESTAMOS?

Braga Alameda do Fujacal, lj. 39
Barcelos Rua Silva Vieira, nº33
Lisboa Rua Bulhão Pato, nº3A
Porto

CONTACTOS

Website trabalhadores-unidos.pt
Facebook @trabalhadoresunidos.pt
Instagram @trabalhadoresunidos.pt
Twitter @partido_tu_pt
Bluesky @partido-tu-pt.bsky.social
E-mail geral@trabalhadores-unidos.pt

Diretor: Bruno Cancelinha **Registo ERC nº:** 127990
Tiragem: 100 **Sede do Editor e Redação:** Alameda do
Fujacal, lj. 39 4705 - 089 BRAGA
Impressão: AGL Artes Gráficas Lisboa - Beco do
Alegrete Lisboa



Renata Cambra

Professora e Porta-voz do TU

CHEGOU O FASCISMO?

O crescimento eleitoral da extrema-direita e o aumento das agressões por elementos neonazis geraram, com razão, um clima de preocupação entre muitos trabalhadores, jovens e ativistas. A inquietação é legítima, mas está a ser canalizada por boa parte da esquerda institucional para uma leitura alarmista da conjuntura: segundo esta visão, estaríamos às portas do fascismo, e a única resposta possível seria uma frente democrática com o PS e os partidos do regime ditos “progressistas”.

Esta leitura, além de errada, é perigosa. Confunde a gravidade da situação com uma derrota que ainda não aconteceu — e oferece como solução o mesmo receituário que abriu caminho ao atual estado de coisas. A tarefa urgente não é repetir erros do passado, mas compreender com precisão o momento que atravessamos e construir uma resposta à altura.

O fascismo é um perigo real. Mas não está às portas. E combatê-lo exige muito mais do que palavras de ordem morais ou alianças institucionais. Exige organização, lucidez e ação independente da classe trabalhadora.

Entre o discurso de ódio e o terror fascista: onde estamos?

A palavra “fascismo” tem sido usada de forma cada vez mais vaga. Mas para quem leva a teoria revolucionária a sério, o fascismo não é apenas sinónimo de discurso racista ou autoritarismo. O fascismo é uma forma específica de dominação de classe, na qual o grande capital lança mão de um movimento de massas reacionário para esmagar fisicamente a organização da classe trabalhadora — sindicatos, partidos, associações, coletivos — e impor um regime totalitário baseado no terror. O fascismo surge não apenas como repressão estatal, mas

como contra-revolução social ativa, através de milícias, violência de rua e destruição sistemática das conquistas da luta operária e popular.

Esse cenário só se torna possível quando a classe dominante sente que os mecanismos “normais” de dominação — a democracia liberal, os partidos tradicionais, o parlamento — deixaram de bastar para conter a luta de classes. É nessa crise do regime que a opção fascista pode ser acionada como “última linha de defesa” do capital.

O Chega é um partido de extrema-direita: racista, xenófobo, misógino, autoritário. Mas não é, neste momento, um partido fascista em sentido pleno. Não possui milícias, não organiza o esmagamento físico dos sindicatos ou das organizações populares, nem propõe a eliminação do regime democrático-burguês. O que propõe é o seu esvaziamento autoritário — a partir de dentro — com demagogia populista, apelos à repressão e uma política penalista e securitária que visa dividir os de baixo para proteger os de cima.

Mais do que isso: o Chega não é uma força autónoma da burguesia, mas um instrumento parcial de recomposição do regime. Canaliza o descontentamento social e a revolta contra a política dos partidos do “arco do poder” — PS, PSD e companhia — para uma saída conservadora, racista e anti-povo. Não é um corpo estranho ao sistema; é uma válvula de escape para que tudo mude para que tudo fique na mesma.

A violência de grupos como o 1143, Habeas Corpus ou Reconquista é gravíssima e não pode ser minimizada. Estes grupos são fascistas, no conteúdo e na prática: promovem o ódio étnico, organizam treinos paramilitares, perseguem ativistas, artistas, imigrantes, jornalistas. A agressão ao ator Adérito Lopes, ao sheik David Munir e às voluntárias no Porto são crimes políticos — e a impunidade com que atuam é um sinal de alarme.

Mas também aqui é necessário precisão

A palavra “fascismo” tem sido usada de forma cada vez mais vaga. O fascismo não é apenas sinónimo de discurso racista ou autoritarismo.

política: o crescimento da atividade neonazi não equivale à instalação de um regime fascista. Esses grupos operam nas margens do sistema, com tolerância institucional, mas sem apoio de massas nem base social organizada. O seu perigo é real — e por isso mesmo exigimos a sua imediata ilegalização, desmantelamento e punição dos seus crimes. Mas não confundamos as franjas violentas da extrema-direita com o aparelho de dominação do Estado.

A extrema-direita cresce. A esquerda não pode repetir erros

A realidade portuguesa de hoje não é a da Alemanha de 1933 ou da Itália de 1922. A classe trabalhadora portuguesa, ainda que fragmentada e desorganizada, não sofreu uma derrota histórica que permita ao capital impor um regime fascista, nem tal está próximo de acontecer. O Chega não tem ainda capacidade de governo — e mesmo que lá chegasse, não teria a capacidade de reorganizar o Estado à sua imagem. Os partidos dos patrões continuam a gerir a democracia liberal com autoritarismo seletivo e políticas de austeridade. O “perigo fascista” é, por enquanto, uma potencialidade, não uma realidade instalada.

As elites preferem, sempre que possível, dominar por via da democracia representativa, porque é mais barata, mais estável e

Lutar contra a extrema-direita não é salvar o atual regime democrático em crise, mas organizar a luta dos de baixo contra todos os que exploram, oprimem e reprimem.

percepção como mais legítima. Só recorrerá ao fascismo em caso de crise terminal. Estamos ainda longe disso. Mas é precisamente agora que devemos agir.

A principal resposta da esquerda institucional tem sido apelar à unidade com o PS em nome da democracia. É o que propõem o BE, o Livre e setores da CDU. É uma política suicida. São precisamente os anos de alianças com o PS, de aceitação da austeridade e de adaptação às instituições, que abriram espaço ao Chega. Foi esse caminho que desarmou a classe trabalhadora e espalhou o desencanto. Repetir essa receita — agora em nome do “antifascismo” — é garantir que o Chega continue a crescer.

Lutar contra a extrema-direita não é salvar o atual regime democrático em crise, mas organizar a luta dos de baixo contra todos os que exploram, oprimem e reprimem — venham com farda, fato ou suástica.

Trotsky dizia que o fascismo se combate com métodos revolucionários, e não com discursos morais. Isso implica unir os explorados na luta contra os grupos fascistas, nos bairros, nas escolas, nas ruas, ligando a luta contra a extrema-direita à luta por pão, trabalho, habitação e direitos. É também essencial organizar um partido revolucionário com raízes reais na classe trabalhadora, capaz de disputar o poder com um programa verdadeiramente socialista.

O fascismo não chegou. Mas pode chegar, se a crise se aprofundar e se a classe trabalhadora não se organizar para o impedir. Entre o alarmismo vazio e a passividade criminoso, há um outro caminho: o da mobilização combativa, da solidariedade ativa e da construção de uma alternativa política revolucionária. Camaradas, esta é a nossa tarefa. Vamos à luta.



Militantes do TU na manifestação antifascista à porta do teatro A Barraca

ILEGALIZAÇÃO DOS GRUPOS NEONAZIS, JÁ!

No passado dia 10 de junho, o ator Adérito Lopes foi brutalmente agredido por um grupo de neonazis à entrada do Teatro A Barraca, em Lisboa. A sessão daquela noite acabou por ser cancelada. O ataque, perpetrado à luz do dia e em pleno espaço público, foi um crime político e de ódio que deve ser reconhecido como tal. Toda a nossa solidariedade ao Adérito, à equipa do espetáculo e a todas as vítimas da violência fascista.

Não se trata de um ato isolado. Os agressores já tinham, nesse mesmo dia, insultado e ameaçado o sheik David Munir na baixa de Lisboa. Um dos elementos envolvidos é conhecido pela sua ligação direta ao assassinato de Alcindo Monteiro em 1995 — um dos crimes mais marcantes da história do racismo em Portugal. No dia seguinte, a 11 de junho, voluntárias que distribuíam refeições a pessoas sem-abrigo e migrantes no Porto foram também agredidas por indivíduos ligados a círculos neonazis. Não devemos relativizar ou tratar estes casos como desvios ou excessos: são ações concertadas de organizações de caráter fascista que agem com impunidade crescente.

Nos últimos meses, os grupos 1143, Habeas Corpus e Reconquista, apesar de manterem o seu caráter marginal, intensificaram a sua presença pública, com protestos, ameaças e agressões contra jornalistas, pessoas LGBT, imigrantes e ativistas. Há notícias da realização de treinos paramilitares por estes grupos, com base em jogos de simulação tática, numa tentativa de formar milícias em território nacional. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), antes de ter sido truncado pelo atual governo, estas organizações já figuravam entre os principais riscos internos.

Num ato gravíssimo de apagamento po-

lítico, o governo decidiu eliminar do RASI o capítulo que documentava e alertava para o aumento da atividade destes grupos de extrema-direita. A Ministra da Administração Interna e a Ministra da Cultura vieram repudiar o ataque ao ator, mas os seus comunicados ficaram-se por fórmulas genéricas, tratando o caso como isolado e fugindo à questão essencial: o perigo representado por estas organizações neonazis e a responsabilidade das instituições do Estado em as dismantlar.

Os militantes do Trabalhadores Unidos não têm ilusões na justiça dos poderosos, mas não aceitam que as instituições do regime viam a cara enquanto grupos fascistas se organizam para espalhar ódio, amedrontar comunidades e cometer crimes políticos. Estes ataques são crimes de ódio e têm de ser tratados como tal. É necessário, urgente e possível agir.

Por isso, apelamos a uma resposta coletiva e determinada. Às centrais sindicais, aos sindicatos da cultura e dos media, aos movimentos feministas, antirracistas e LGBT+, às associações de imigrantes e aos partidos de esquerda. É hora de ocupar as ruas para exigir a ilegalização dos grupos neonazis. É hora de organizar uma plenária unitária para formar uma comissão independente de investigação sobre os crimes cometidos e exigir a responsabilização de quem os perpetraram.

A extrema-direita combate-se com solidariedade, organização e mobilização popular. Não ficaremos calados. Basta de impunidade para a violência fascista! Investigação e punição dos culpados pelas agressões! Justiça para Adérito Lopes e para todos os alvos do ódio da extrema-direita! Ilegalização imediata dos grupos neonazis!

LGBTQIA+

RESISTÊNCIA QUEER: CONTRA A EXTREMA-DIREITA, OCUPAR AS RUAS

A resistência queer é mais necessária do que nunca. A vitória da direita conservadora, que permitirá à Aliança Democrática (AD) voltar a formar governo, e o reforço da extrema-direita em Portugal, com o crescimento do Chega, representam uma ameaça real aos direitos conquistados pela comunidade LGBTQIA+. Estes resultados eleitorais, marcados também pelo declínio do PS e dos partidos à sua esquerda, anunciam uma nova ofensiva contra a classe trabalhadora e os setores mais marginalizados.

Este avanço reacionário é, em grande medida, consequência das falhas da esquerda parlamentar. Ao abandonar a mobilização nas ruas e confiar em acordos institucionais com o PS, a esquerda abriu caminho para que forças como o Chega se apresentassem como uma alternativa “anti-sistema” — mesmo quando o seu programa só serve para agravar a crise social. O maior erro foi o abandono da luta permanente contra os ataques, viessem eles do PSD ou do PS. Agora, com a extrema-direita reforçada no parlamento, não há espaço para vacilar: é preciso ocupar as ruas!

As conquistas legais que hoje existem — como a autodeterminação de género ou a proibição de cirurgias não consentidas em bebés intersexo — podem ser revertidas por governos conservadores ou bloqueadas por um parlamento hostil aos direitos

A resistência queer tem de ser mais do que simbólica, mais do que a marcha anual do orgulho. É necessária uma mobilização constante.



Militantes do Trabalhadores Unidos na Marcha do Orgulho LGBTQIA+ em Lisboa

LGBTQIA+. Mas é importante lembrar que muitas dessas conquistas nunca foram plenamente efetivadas. Os mesmos partidos que hoje se dizem “progressistas” não garantiram investimento público nem políticas sociais que tornassem esses direitos realidade no dia-a-dia das pessoas queer, particularmente das mais precarizadas, racializadas ou em situação de sem-abrigo.



Mete a extrema-direita no armário!

A resistência queer tem de ser mais do que simbólica, mais do que a marcha anual do orgulho. É necessária uma mobilização constante, enraizada nas lutas concretas e articulada com o combate mais amplo da classe trabalhadora. Precisamos de construir espaços abertos, democráticos e combativos, onde coletivos e ativistas possam discutir planos de luta e organizar respostas comuns — como teria sido necessário quando Portugal desceu no ranking europeu de proteção das pessoas LGBTQIA+, ou quando a extrema-direita tentou invadir apresentações de livros e outros espaços culturais queer.

Neste momento, enquanto o BE, o PCP e o Livre se preocupam com os riscos da revisão constitucional ou apelam à “unidade da esquerda” (incluindo o PS), no plano eleitoral, para travar a direita, é fundamental afirmar outro caminho: uma unidade real, nas ruas, na luta, em defesa dos nossos direitos, contra todos os ataques e contra todos os governos que nos empurram para a marginalização. A resistência queer tem de fazer parte desta resposta.

Lutamos contra o aumento do discurso de ódio e violência

Nos últimos anos, assistimos a um aumento alarmante do discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ em Portugal. Entre 2019 e 2022, houve um crescimento de 185% nas mensagens de ódio nas redes sociais, muitas vezes centradas no conceito de “ideologia de género”. Este discurso não é inofensivo; ele legitima a violência e o assédio, como mostram os ataques recentes a eventos e locais LGBTI+ por parte de grupos extremistas ultraconservadores.

A escola, que deveria ser um espaço seguro, é muitas vezes um local de sofrimento para jovens LGBTQIA+. Um estudo revelou que 74% dos alunos LGBTIQ em Portugal já sofreram bullying na escola, sendo ridicularizados, insultados ou ameaçados. Além disso, 60% afirmam que temas relacionados com a diversidade sexual e de género nunca

foram abordados nas aulas.

Exigimos o reforço dos programas de combate ao bullying e promoção da inclusão nas escolas, com formação adequada para professores, forças de segurança e outros profissionais de serviços públicos.

Lutamos por uma verdadeira inclusão no Serviço Nacional de Saúde

O acesso a cuidados de saúde adequados continua a ser um desafio. Pessoas trans e intersexo enfrentam longas filas de espera para tratamentos e intervenções cirúrgicas, além de discriminação por parte de profissionais de saúde. A falta de investimento no SNS e na Estratégia Nacional para as Pessoas LGBTI+ agrava ainda mais esta situação.

Exigimos a melhoria do acesso à saúde, incluindo a redução das filas de espera para tratamentos e intervenções cirúrgicas para

pessoas trans e intersexo, formação de profissionais de saúde e alargamento dos programas de procriação medicamente assistida e adoção para casais LGBTQIA+.

Lutamos por condições dignas de emprego e habitação

A discriminação no acesso à habitação e ao emprego é uma realidade para muitas pessoas LGBTQIA+. Casos de violência doméstica, pressões familiares e expulsões de casa colocam muitas em situação de vulnerabilidade e sem-abrigo. A falta de políticas públicas específicas para responder a estas situações perpetua a exclusão social.

Exigimos a criação de uma rede de estruturas de acolhimento específicas para pessoas LGBTQIA+, com respostas adequadas para situações de violência doméstica, expulsão de casa e sem-abrigo, garantindo o acesso a casas e empregos dignos.



Roda de conversa do Trabalhadores Unidos sobre Resistência Queer.

RODA DE CONVERSA

MILITANTES E SIMPATIZANTES DO TU DEBATEM ESTRATÉGIAS PARA A RESISTÊNCIA QUEER

No dia 3 de Junho, realizou-se, na sede de Lisboa do Trabalhadores Unidos, uma roda de conversa, sobre a resistência queer e a sua importância no enfrentamento à extrema-direita. Num mês de junho marcado pelo orgulho LGBTQIA+ e após umas legislativas que trouxeram um reforço da direita — em especial do Chega e da extrema-direita — esta reunião e debate sobre o nosso papel enquanto agentes de mudança revelou-se especialmente pertinente

O camarada Bruno Cancelinha começou por referir que a história da comunidade LGBTQIA+ é a história da humanidade, contrariando a narrativa que existe por parte da direita. Numa perspectiva histórica, começou no século XX, no período pré 2ª Guerra Mundial. Falou dos progressos na Alemanha e na União Soviética, e os recuos, com a ascensão do Fascismo e Estalinismo. Passou, de seguida, para a erupção social nos anos 60, com grandes mobilizações e

lutas, desde as lutas anti-coloniais, dos direitos civis das comunidades negras nos EUA, passando pelo movimento anti-guerra de Vietname, a 2ª vaga feminista, o Maio de '68 na França, culminando com a revolta de Stonewall, em Nova Iorque, em 1969. Passando para os dias de hoje, refletiu na contínua mercantilização das marchas e do movimento em geral, no Pinkwashing, e da sua utilização em particular por Israel para justificar o atual genocídio na Palestina.

A camarada Renata trouxe o assunto mais concretamente para os dias de hoje, com os problemas que a comunidade continua a enfrentar (desde o discurso de ódio e violência, aos problemas na escola e com a redução e pouco acessos nos cuidados de saúde) e o reforço da extrema-direita, tanto a nível nacional, como mesmo internacionalmente (Hungria, Polónia, Rússia, EUA, etc). Debateu como o ascenso da extrema-direita também advém de uma falha política por parte de esquerda, de como esta foi incapaz de se apresentar como uma alternativa viável, alimentando assim a direita

Houve uma boa participação, com várias intervenções frutíferas para o debate. Ficou reforçado a importância da resistência Queer, tanto historicamente como contemporaneamente, sublinhando o seu cariz revolucionário, anti-fascista, feminista, anti-colonial. A Roda de conversa culminou com a presença dos Trabalhadores Unidos numa coluna, no dia 7, na 26ª Marcha do Orgulho de Lisboa



Novo governo tomou posse dia 6 de junho

NOVO GOVERNO

O REGRESSO DOS QUE NUNCA SE FORAM

Marcelo empossou o novo Governo do PSD e deixou recados para Montenegro e oposição. Prometeu “solidariedade institucional” a Montenegro, mas, sem confiança na sua capacidade de aguentar até ao final da legislatura, avisou: os portugueses “não vos deram um cheque em branco”. Pediu reformas na saúde, habitação e educação — um discurso paternalista de quem tenta agarrar o Executivo pelo pescoço para que não volte a cair, como o anterior.

Verniz novo para a política de sempre

O Governo é de continuidade. Poucas mudanças, nenhuma surpresa. Entram Gonçalo Matias (ministro Adjunto e da Reforma do Estado), Carlos Abreu Amorim (Assuntos Parlamentares) e Maria Lúcia Amaral (Administração Interna), que substitui Margarida Blasco — afastada após uma sucessão de escândalos.

Mas se o PSD deixou cair Blasco, ela não deve sair da nossa memória. Foi quem defendeu a actuação da PSP após a morte de Odair Moniz, assassinado por agentes do Estado, e repetiu uma das mentiras mais perigosas da sociedade portuguesa: “não há racismo nas forças policiais”. Margarida Blasco será lembrada como a responsável

política por mais um assassinato racista cometido pelo aparelho repressivo.

A nova ministra também não inspira confiança. Durante o período da troika, como vice-presidente do Tribunal Constitucional, criticou o chumbo de cortes salariais impostos pelo Governo PSD/CDS. Em Portugal, a fidelidade à agenda da austeridade é premiada com promoções.

Reforma do Estado: o eufemismo para o corte de direitos

A “cereja podre” no topo do bolo é a criação do Ministério da Reforma do Estado, entregue a Gonçalo Matias. A direita há muito clama por “reformas estruturais” e cortes nas chamadas “gorduras do Estado” — uma linguagem que oculta um programa de destruição do Estado social. Este novo ministério existe para dar corpo à velha obsessão liberal: reduzir a presença do Estado

na garantia de direitos e serviços públicos, e reforçá-la no apoio aos grandes interesses económicos. “Menos Estado” para os trabalhadores, “mais Estado” para o patronato.

Com este gesto, Montenegro tenta agradar aos sectores mais à direita do PSD e ao Chega, depois de, por ora, ter remetido a proposta de revisão constitucional para a gaveta. Não é preciso mudar a Constituição para a atacar na prática. O caminho é claro: subfinanciamento, privatização encapotada, degradação dos serviços e ataque aos direitos laborais no sector público.

Saúde: continuidade da catástrofe

A permanência de Ana Paula Martins à frente do Ministério da Saúde é talvez o dado mais revelador da orientação do Governo. Apesar de ser uma das figuras mais desgastadas da anterior legislatura, manteve a confiança de Montenegro — e, mais importante, da indústria farmacêutica e dos grandes grupos privados da saúde. Os escândalos são muitos: falhas no plano de emergência, polémicas com o INEM e suspeitas sobre mortes evitáveis durante as greves dos técnicos. A estas somam-se os encerramentos sucessivos de urgências pediátricas e obstétricas. A situação, já grave sob António Costa, agravou-se com o PSD.

Faltam profissionais, faltam condições, faltam hospitais e centros de saúde. Mais de 1,7 milhões de pessoas continuam sem médico de família. A prioridade da ministra, no entanto, será outra: relançar parcerias público-privadas (PPP) em hospitais e transferir centros de saúde para a gestão privada. É um plano para enriquecer os amigos do setor privado à custa da saúde (e do dinheiro público) de todos.

Cultura relegada para a salada de fruta ministerial

A Cultura deixou de ter ministério próprio e passa agora a integrar a nova pasta da Juventude, Cultura e Desporto, tutelada por Margarida Lopes. A decisão, simbólica e política, é clara: a Cultura é uma nota de rodapé no programa da direita. Associações, sindicatos e agentes culturais já denunciaram o desprezo. O PSD não esconde que encara a



Gonçalo Matias será o rosto de uma política de austeridade aplicada pelo novo “Ministério da Reforma do Estado”



Ana Paula Martins mantém-se ministra da saúde depois de mais um ano de caos no SNS.

cultura como um luxo, uma chatice e uma potencial ameaça, por dar espaço à crítica social. Para este Governo, a cultura que interessa é a da negociata, do compadrio e da impunidade.

Prova disso é que três secretários de Estado do novo Governo estão já sob investigação por suspeitas de corrupção. O caso João Bravo, financiador do Chega, suspeito de negócios públicos obscuros, levanta uma pergunta inevitável: ninguém no Governo sabia? Ou sabiam todos?



Governo extingue ministério da Cultura incorporando-o no novo Ministério da Juventude, Cultura e Desporto, tutelado por Margarida Lopes.

A resposta dos trabalhadores não pode esperar

Apesar de Montenegro ter travado — para já — a proposta de revisão constitucional do Chega, o partido de extrema-direita já conseguiu impor parte da sua agenda. A criação do Ministério da Reforma do Estado, o ataque aos serviços públicos, o discurso securitário e a retórica contra os “abusos do Estado social” são linhas comuns à direita tradicional e à extrema-direita. Enquanto Ventura aguarda o “momento certo” para a revisão constitucional, Montenegro entrega-lhe políticas práticas. A diferença está no tom, não no conteúdo.

Além disso, mal tomou posse, o novo Governo recebeu as exigências do patronato: cortes nos custos do trabalho, facilitação dos despedimentos, contenção salarial. Cinco líderes do setor do recrutamento não perderam tempo em elencar as prioridades: “flexibilizar” mais o mercado de trabalho, precarizar ainda mais a juventude e proteger os lucros das grandes empresas.

Ao serviço dos interesses dos grandes empresários e da política de austeridade da União Europeia, o Governo de Montenegro prepara um novo ciclo de empobrecimento. Mais cortes, mais privatizações, menos direitos. A resposta tem de ser rápida e firme. Só a mobilização dos trabalhadores, da juventude, dos sectores populares e dos serviços públicos poderá travar a ofensiva em curso.

CHEGA E HELIBRAVO

“LIMPAR PORTUGAL” COM DINHEIRO SUJO

José Maria Bravo, dono da Helibravo — empresa que fornece meios aéreos para o combate a incêndios — é um dos principais arguidos na operação Torre de Controlo. É suspeito de liderar o chamado “cartel dos helicópteros”, que lucrava milhões à custa do erário público, manipulando contratos públicos e corrompendo o funcionamento do Estado.

Estão em causa crimes de corrupção activa e passiva, burla qualificada, abuso de poder, tráfico de influência, associação criminosa e fraude fiscal qualificada. Ao todo, a Helibravo e a empresa do cunhado do ministro da Administração Interna, Leitão Amaro, arrecadaram mais de 100 milhões de euros em contratos públicos desde 2022. Enquanto os bombeiros continuam sem meios e a população vive aterrorizada com os incêndios de verão, há quem transforme a destruição em negócio.

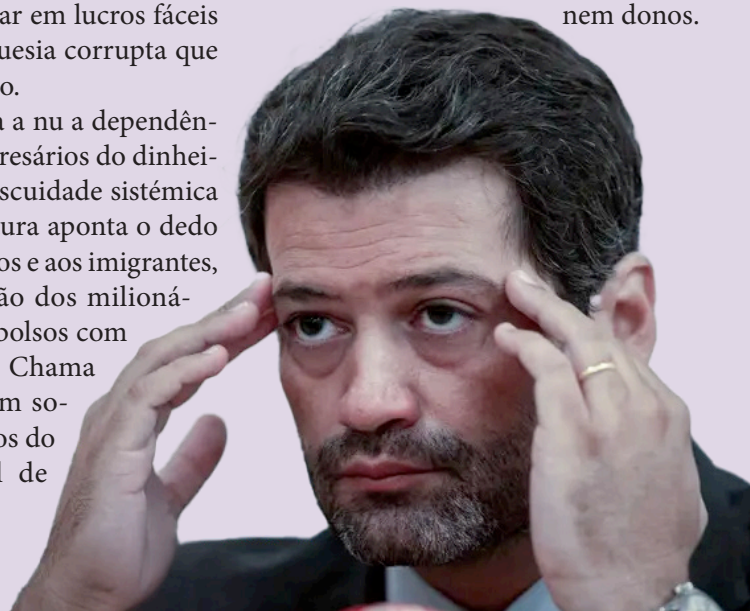
Bravo é também um dos grandes financiadores do Chega. Ventura diz querer “limpar o país”, mas o detergente é pago com dinheiro sujo. Proclama-se paladino do combate à corrupção, mas está rodeado de corruptos. E como bem sabemos: quem paga, manda. Bravo, Barbot (com contas offshore no Panamá) e outros empresários milionários não financiam o Chega por acaso — fazem-no porque sabem que Ventura lhes será útil no poder, abrindo novas portas à especulação e ao saque. Investir em Ventura hoje é apostar em lucros fáceis amanhã para a burguesia corrupta que vive à custa do Estado.

Mais uma vez, fica a nu a dependência dos grandes empresários do dinheiro público e a promiscuidade sistémica do capitalismo. Ventura aponta o dedo aos pobres, aos ciganos e aos imigrantes, enquanto beija a mão dos milionários que enchem os bolsos com os nossos impostos. Chama “preguiçosos” a quem sobrevive com 242 euros do Rendimento Social de

Inserção, mas cala-se quando os seus amigos saqueiam milhões em nome do “empreendedorismo patriótico”.

Ventura gosta de se apresentar como anti-sistema. Mas não é contra o sistema — quer apenas ser ele a cabeça do polvo. É filho direto do sistema que diz combater. O Chega é uma mutação monstruosa do cadáver em decomposição que é o PSD. Ventura foi seu militante, chegou a candidato pelo partido em Loures em 2017, onde fez campanha com discursos racistas contra a comunidade cigana. O PSD respondeu com silêncio cúmplice — legitimizando o discurso do ódio e abrindo espaço para a extrema-direita crescer. Há pouco mais de um ano, o próprio Passos Coelho proferiu declarações que poderiam sair da boca de Ventura, associando imigração a criminalidade.

Este escândalo em torno da Helibravo não é exceção — é a regra do capitalismo, baseado na promiscuidade entre os partidos do sistema e os grandes interesses económicos. Perante isto, não basta denunciar os corruptos — é preciso quebrar com o sistema que os gera. É necessário construir uma alternativa política que parta da luta concreta dos trabalhadores, da juventude, das populações exploradas e oprimidas, sem ilusões na “limpeza” que vem de cima. Pela ruptura com este sistema podre, por um poder dos trabalhadores, sem corruptos nem donos.



UNIDADE DE AÇÃO

A UNIDADE DE QUE PRECISAMOS É PARA LUTAR

Perante o péssimo resultado do PS, o colapso histórico do BE e o declínio contínuo da CDU, ressurgem no seio da esquerda institucional apelos à “unidade” para enfrentar a “viragem à direita” e o “fascismo”. Mas que unidade? Com quem passou anos a cortar pensões, congelar salários e proteger os grandes grupos económicos? Esta “unidade” não serve aos interesses da classe trabalhadora.

A “frente popular” não é uma resposta ao fascismo — é uma estratégia de defesa do regime em momentos de crise, que dilui a independência da esquerda em blocos com partidos responsáveis pela degradação das nossas condições de vida. Foi o PS que governou com a troika, que cortou salários e pensões, que destruiu os serviços públicos e que gerou a desilusão profunda que alimentou a abstenção e o voto no Chega. E foi a aliança com o PS na “geringonça” que desarmou a luta social, normalizou a austeridade e amordaçou os sindicatos.

Agora, enquanto o PS se prepara para eleger José Luís Carneiro como novo líder — alguém que já declarou preferir garantir a “estabilidade” do governo da AD em vez de o derrubar — o PCP apresenta uma moção de rejeição condenada ao fracasso, o BE e o Livre ensaiam apelos à unidade eleitoral para as presidenciais e autárquicas, e reina a paralisia nas centrais sindicais e nos sindicatos dirigidos pela esquerda. Perante isto, é fundamental defender uma política combativa e independente, que não caia na lógica defensiva nem na adaptação institucional.

O Trabalhadores Unidos defende, sim, a unidade — mas uma unidade para lutar, concretizada através da mobilização social, não para encontrar forma de governar com aqueles que nos trouxeram até aqui. A unidade que precisamos não é para preservar cargos ou maquilhar derrotas, mas sim para organizar lutas reais, com os trabalhadores, a juventude e os setores populares como protagonistas. Para isso, propomos a convocatória de assembleias abertas, plenários e encontros locais e nacionais entre partidos de esquerda combativa, sindicatos e movimentos sociais para avançar na construção

de lutas unificadas.

Precisamos de um plano de ação que unifique as lutas pela taxação das grandes fortunas, contra os despedimentos, por um plano de obras públicas que garanta o direito à habitação e crie novos postos de trabalho, e pelo fortalecimento dos serviços públicos, em particular a saúde, a educação e os transportes. Assim como a defesa de plenos direitos para os imigrantes, a juventude, as mulheres e para a comunidade LGBTQIA+. É necessário exigir à CGTP e à UGT a construção de um plano de lutas unificado para travar qualquer tentativa de ataque ao direito à greve e à proteção em caso de despedimento, impedir o avanço da privatização dos serviços públicos e arrançar um aumento do salário mínimo e das pensões capaz de compensar a perda de valor que estes sofreram nos últimos anos.

Nem com o centro, nem com os senhores da guerra

Face ao avanço da extrema-direita, os setores da esquerda parlamentar repetem um discurso conhecido: o povo está enganado, desinformado, ou simplesmente perdeu a razão. Mas os responsáveis por esse desespero são muitas vezes os mesmos que agora se dizem perplexos. Partidos que se dizem “comunistas” ou “anticapitalistas” colaboraram com os governos que aplicaram a austeridade, congelaram salários e abriram caminho à desilusão. Nada fizeram para abalar os alicerces do sistema. Pelo contrário, ajudaram a legitimá-lo.

O Livre é talvez o exemplo mais acabado de uma esquerda adaptada ao centro. Rui Tavares recusa qualquer ruptura real com o capitalismo português e europeu, preferindo invocar um “humanismo” abstrato enquanto apoia, sem hesitações, a militarização da União Europeia, o reforço do orçamento para armamento e o apoio às sanções e blocos económicos que empobrecem milhões. Foi assim com a aprovação da corrida armamentista da UE — que se traduzirá, como sempre, em cortes nos serviços públicos — e com o apoio histórico à intervenção

Precisamos de um plano de ação que unifique as lutas.

da NATO na Líbia.

Mais grave ainda é a posição de Rui Tavares sobre a Palestina. Em 2023, declarou que Israel “tem o mesmo direito a defender-se que qualquer outro Estado internacionalmente reconhecido” — ignorando por completo o carácter colonial e racista do Estado israelita. Um historiador não pode alegar ignorância: Israel nasce da limpeza étnica da Palestina e mantém o seu domínio com base no terror. Invocar “direitos de defesa” de um Estado que impõe fome, destruição e morte a um povo inteiro é tomar partido pela opressão. Rui Tavares inscreve-se, assim, entre os que legitimam o colonialismo sob o disfarce da legalidade internacional.

Esta política — que oscila entre o centrismo europeu e o apoio à guerra imperialista — não oferece qualquer saída para os trabalhadores, a juventude ou os povos oprimidos. Não há solução “humanista” dentro de uma UE crescentemente belicista, racista e autoritária. A construção de uma alternativa não pode passar por alianças com quem defende os interesses do capital europeu ou com os que fingem ignorar as suas guerras.

O que precisamos é de unidade na luta — não nas instituições, mas nos locais de trabalho, nas escolas e nas ruas. Um plano de ação comum entre sindicatos combativos, movimentos sociais e organizações de esquerda independente, discutido em assembleias abertas e plenários democráticos. Só assim poderemos transformar a frustração em força coletiva e levantar uma alternativa que não se limite a travar retrocessos, mas que lute por conquistas reais e por uma nova sociedade, sem guerra, exploração ou miséria. É esse o compromisso do Trabalhadores Unidos.

LEGALIZAÇÃO DO TU

ENTREGAMOS O PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO
AO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Militantes do TU a entregar o pedido de legalização do partido no TC

ESTÁ NA HORA DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA
POLÍTICA COMBATIVA E INDEPENDENTE

A derrota eleitoral da esquerda parlamentar não é a derrota da classe trabalhadora. Mas mostra a falência de uma estratégia de colaboração com o PS, que esvaziou a esperança num caminho pela esquerda. O que está colocado é a necessidade de construir uma alternativa política revolucionária, que organize os trabalhadores, a juventude e os setores populares para lutar — não para resistir de forma passiva, mas para passar à ofensiva.

A atual situação política exige uma resposta à altura, mas essa resposta não virá de moções simbólicas, nem de acordos parlamentares, nem de alianças eleitorais com os mesmos partidos que têm governado para os patrões. Ela terá de ser construída por baixo, com organização e luta nos locais de trabalho, nas escolas, nas universidades, nos bairros e nos sindicatos. É por aí que começa a construção da resposta política de que precisamos — não nos corredores do parlamento, mas nas assembleias de base, nos plenários, nas manifestações, nas greves.

É a partir dessas lutas que se pode dar forma a uma alternativa combativa

e independente dos patrões e dos seus partidos, que lute com unhas e dentes por um programa de enfrentamento ao governo e de ruptura com o capitalismo. Um projeto que aponte para um governo das e dos trabalhadores e da juventude, assente no controlo democrático da economia e na solidariedade internacional com todos os povos oprimidos — mas que não espere pelas “condições ideais” para começar a ser construído. O Trabalhadores Unidos quer ser parte ativa desse processo, com a confiança de que a força da classe trabalhadora se revela quando luta.

Aos que temem a extrema-direita, dizemos: o medo não se combate com ilusões institucionais nem se resolve com mais do mesmo. Enfrenta-se com coragem, organização e mobilização. O Trabalhadores Unidos está ao serviço dessa tarefa: queremos construir, com todos os que sentem esta necessidade, uma alternativa enraizada na luta real, democrática, anticapitalista e sem compromissos com os responsáveis pela crise. Sabemos que o caminho será difícil, mas também sabemos que ninguém o fará por nós.

No passado domingo, 15 de junho, a sede do Trabalhadores Unidos em Lisboa encheu-se de militantes e simpatizantes para celebrar o fim da campanha de recolha de assinaturas para a legalização do partido. Este encontro serviu para homenagear o empenho militante que tornou possível um passo fundamental: a entrega oficial do pedido de legalização ao Tribunal Constitucional, realizada na manhã de segunda-feira, 16 de junho.

Foram meses de trabalho incansável, em que os militantes e apoiantes do Trabalhadores Unidos mostraram que é possível organizar-se com meios limitados, mas com convicção, clareza política e compromisso com a luta. Este esforço coletivo demonstrou a força de um projeto que cresce a partir de baixo, com os pés bem assentes nas lutas dos trabalhadores, da juventude e dos setores populares.

O Trabalhadores Unidos agradece a cada pessoa que assinou para tornar este projeto possível. Cada assinatura foi um gesto de confiança e de vontade de mudança. Cada folha preenchida foi um pequeno passo na construção de uma alternativa política independente do sistema, combativa, socialista e revolucionária.

Portugal atravessa uma crise profunda, com a extrema-direita a avançar, o PS e o PSD a garantirem a continuidade da austeridade, e os partidos da esquerda tradicional em colapso pelas suas sucessivas capitulações. Cresce a pobreza, a precariedade, a desigualdade. É neste cenário que se torna cada vez mais urgente a existência de uma nova força política: um partido dos de baixo, que não se vende nem se rende.

O Trabalhadores Unidos nasce para intervir nestas lutas, não como mais um projeto meramente eleitoral, mas como instrumento de organização e combate. A entrega do pedido para legalização do partido é apenas o fim de uma etapa — a nossa tarefa continua: estar onde os trabalhadores lutam, onde a juventude resiste, onde os direitos são atacados e onde a esperança precisa de ser reconstruída. Junta-te a nós!



BLOCO DE ESQUERDA

CARTA ABERTA AOS CAMARADAS QUE TÊM ROMPIDO COM O BLOCO DE ESQUERDA

POR UMA NOVA ETAPA NA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA EM PORTUGAL

Camaradas,

Lemos com atenção e respeito a vossa carta de rutura com o Bloco de Esquerda. Sabemos, por experiência própria, o quanto custa romper com uma organização à qual se entregaram anos de militância e esperança. Muitos de nós viemos desse mesmo processo — e compreendemos, sem paternalismo nem julgamento, o peso dessa decisão. Por isso vos escrevemos: não apenas para manifestar solidariedade, mas para abrir um diálogo político fraterno e consequente.

Partilhamos grande parte das críticas que fazem ao Bloco. O seu esvaziamento democrático, a centralização burocrática da direção, o desprezo pelas vozes críticas e a degradação nas relações com os próprios trabalhadores da organização não são desvios acidentais. São o reflexo inevitável de um projeto reformista em declínio, que abdicou há muito da luta pela transformação radical da sociedade e escolheu o caminho da adaptação ao regime. A chamada “geringonça” foi, nesse sentido, a viragem decisiva: ao tornar-se muleta de um governo PS, sem sequer batalhar por condições ou exigências mínimas, o BE suspendeu a luta de classes e escolheu o “realismo” das salas de reuniões ao confronto com os exploradores. Esse caminho não podia senão conduzir à estagnação, ao desencanto e ao colapso.

Compreendemos que haja entre vós diferentes posições. Alguns procuram reconstruir um projeto coerente à esquerda do Bloco. Outros hesitam entre continuar como independentes ou ajudar a formar um novo partido. Outros, talvez, consideram ter encerrado o seu ciclo de militância partidária. Mas dirigimo-nos em particular aos que compreendem que a crise que enfrentamos — social, ecológica, económica e política — exige mais organização, mais luta, e não menos.

O Trabalhadores Unidos nasceu da crí-

tica profunda a esta trajetória reformista. Sempre fomos oposição frontal à geringonça e à ilusão de que se pode “governar com o PS” sem trair a classe trabalhadora. Sempre afirmámos a necessidade de construir um partido revolucionário, com programa, estratégia e método — e não apenas mais uma frente eleitoral ou plataforma de influências. Não o fazemos por nostalgia do passado, mas por fidelidade ao presente: só uma força anticapitalista, independente e enraizada nas lutas concretas pode fazer frente à ofensiva da extrema-direita, à austeridade que regressa e à crise do regime.

Sabemos que muitos entre vós desconfiam do “centralismo democrático”, tantas vezes usado como máscara para o centralismo burocrático. Mas deixem-nos ser claros: o problema do BE não foi excesso de centralismo, mas falta de democracia real. O centralismo revolucionário é outra coisa: é a construção coletiva de uma linha política, com base na livre discussão em organismos de base que funcionam, na transparência organizativa e na ação unificada. Não há partido revolucionário sem democracia interna — mas também não há partido sem direção política, sem clareza programática e sem organização militante.

Por tudo isto, fazemos-vos um apelo fraterno, direto e urgente.

Aos militantes de base, aos quadros locais e regionais que saíram — não fiquem isolados. Não deixem que a desilusão se torne desmobilização. O Trabalhadores Unidos convida-vos a vir conhecer o nosso partido, discutir connosco e intervir ao nosso lado nas lutas concretas — nos sindicatos, nas greves, nas escolas, nas ruas, nas campanhas contra a extrema-direita, na defesa dos serviços públicos. Há espaço e necessidade para cada uma e cada um de vós.

A todos os militantes que romperam ou estão em rutura com o bloco de esquerda

Aos militantes de base, aos quadros locais e regionais que saíram — não fiquem isolados. Não deixem que a desilusão se torne desmobilização.

e procuram uma alternativa de esquerda consequente, àqueles que têm liderado este processo de rutura, em especial à antiga direção distrital de Santarém, dirigimos um apelo político claro: que se convoque um encontro nacional dos militantes em rutura com o Bloco, aberto à participação de organizações do campo da esquerda revolucionária. Um espaço para discutir, em liberdade e com método, o que fazer com esta crise. Para tirar lições da experiência do Bloco e avançar na reorganização da esquerda socialista e revolucionária em Portugal. Não deixemos que este momento se perca em projetos difusos ou meramente locais. Que não seja o fim de uma história, mas o começo de outra.

Precisamos de um partido dos trabalhadores e da juventude, democrático e combativo, feminista, antirracista e internacionalista. Que lute sem vacilações por um governo dos trabalhadores e do povo pobre. Que não tema dizer que o socialismo é não só necessário, mas possível — e que se constrói desde já, com os pés bem assentes na luta concreta, mas com os olhos postos no horizonte da revolução. Queremos fazê-lo convosco.

Com espírito fraterno e combativo,
Trabalhadores Unidos
Lisboa, junho de 2025



PORTUGAL UM PAÍS RICO EM POBRES

Em cada ciclo eleitoral, e nas negociações salariais, ouvimos a ladainha habitual: o “custo do trabalho” é elevado, os portugueses são pouco “produtivos”, é urgente fazer “reformas estruturais”. São os mesmos refrões da direita e dos patrões, reciclados há décadas, agora embalados num novo “manifesto” lançado por figuras do costume. Mas esta cassete gasta desmorona-se ao mais leve sopro da realidade social: Portugal é hoje um país onde se trabalha muito... para continuar pobre.

Segundo o estudo Portugal: *Balanço Social* de 2024, há 1,76 milhões de pessoas a viver na pobreza. E note-se: a fasquia para ser considerado “pobre” está abaixo dos 632€ mensais. Muitos destes pobres trabalham. Outros trabalharam toda a vida e hoje fazem malabarismos com pensões miseráveis para sobreviver. O que isto revela é claro: o problema de Portugal não é o “custo do trabalho” — é o seu preço escandalosamente baixo.

Nos setores do turismo, agricultura e pesca, mais de 22% dos trabalhadores vivem em situação de pobreza. A diferença salarial entre homens e mulheres persiste, mesmo com a mesma qualificação. Os imigrantes, essenciais à economia, enfrentam um risco de pobreza ainda maior: 25%. São explorados, precarizados e transformados em bodes expiatórios por todas as direitas — da radical à moderada. Não se trata de exceções: é a regra de um modelo económico construído sobre baixos salários e altos lucros.

A pobreza em Portugal é estrutural. Um jovem nascido numa família pobre tem poucas hipóteses de escapar a essa condição. A tão propagandeada “igualdade de oportunidades” não passa de uma ficção. É como uma corrida em que uns partem quilóme-

Nos setores do turismo, agricultura e pesca, mais de 22% dos trabalhadores vivem em situação de pobreza.

tros à frente — e no fim recebem medalhas pelo “esforço”. A “meritocracia” serve para disfarçar o que é, na prática, um sistema de reprodução da desigualdade.

O salário médio aproxima-se perigosamente do salário mínimo. Entre 2012 e 2025, o salário mínimo aumentou 79,4%, mas o salário médio apenas 49,5%. A classe média está a desaparecer. O êxodo de profissionais qualificados não surpreende: não há perspectivas de carreira, e o custo de vida sobe mais depressa que os rendimentos. No setor público, a situação não é melhor. Das 41 carreiras, 36 perderam poder de compra desde 2011. O Estado lidera pelo exemplo — e o exemplo é pagar mal.

Como se não bastasse, Portugal é um país onde envelhecer é quase uma punição. Dos 2,1 milhões de pensionistas, 1,56 milhões recebem menos do que o salário mínimo. A média das pensões é de 460€. Uma vergonha nacional. Milhares de idosos vivem em solidão, forçados a escolher entre medicamentos e alimentação. O Estado que deveria protegê-los assiste impávido à sua exclusão. Os mesmos que prometeram “não deixar ninguém para trás” abandonam uma geração inteira à pobreza.

O estudo revela quanto custaria erradi-

car a pobreza em Portugal: 3,5 mil milhões de euros. Parece muito? O PRR, a famosa “bazuca europeia”, distribui 22 mil milhões. Apenas 16% desse valor seria suficiente para mudar a vida de quase dois milhões de pessoas. Mas o PRR mostra bem onde estão as prioridades: 2.789 mil milhões para empresas, 1.689 mil milhões para entidades públicas. O Estado continua a financiar o lucro privado — com o dinheiro de todos.

Apesar da retórica dos governantes, não existe interesse efectivo em eliminar a pobreza, porque isso significaria uma pressão para os salários subirem. Não é prioritário construir habitação pública acessível, pois prejudicaria o negócio dos fundos imobiliários e dos grandes inquilinos. E também não há interesse em investir na saúde pública, porque isso prejudica os lucros dos grupos privados da saúde e iria em contra-mão com o projeto estratégico de entregar a saúde aos monopólios privados do sector.

É imperioso ir buscar o dinheiro onde ele se encontra: nos ricos, a única minoria perigosa. As 50 famílias mais ricas do país detêm mais de 45 mil milhões de euros, sem contar com o dinheiro em offshores e património registado em nomes que ficam fora das contas oficiais. Taxar estas grandes fortunas em apenas 20% geraria 9 mil milhões de euros — o suficiente para erradicar a pobreza e construir 100 mil casas de habitação pública.

Taxar a fortuna de apenas 50 famílias permitiria uma vida nova para quase 2 milhões de pessoas. Estes cálculos deixam de fora outras 80 famílias com património superior a 45 milhões de euros. De facto, há dinheiro, mas este é muito mal distribuído. Há dinheiro público, mas este é gerido, essencialmente, de acordo com os interesses das elites. Os juros da dívida são um enorme encargo para as contas públicas, embora os responsáveis pela mesma tenham sido as políticas ao serviço dos privados.

A pobreza em Portugal não é uma falha do sistema. É o próprio sistema a funcionar. É uma ferramenta para disciplinar trabalhadores e baixar os seus salários, mantendo os lucros dos grandes empresários e dos banqueiros. Por isso, de cada vez que ouvirmos que “não há dinheiro”, questionemos: para quem?

Taxar a fortuna de apenas 50 famílias permitiria uma vida nova para quase 2 milhões de pessoas.

ANTIFASCISMO

MÁRIO MACHADO PRESO

JUSTIÇA FEITA, MAS O COMBATE AO FASCISMO TRAVA-SE NAS RUAS



Na semana de 22 de maio, foi finalmente detido Mário Machado, rosto conhecido do movimento neonazi em Portugal, para cumprir a pena de dois anos e dez meses de prisão a que fora condenado por incitamento ao ódio e à violência. A queixa-crime que levou à condenação de Mário Machado foi apresentada por Renata Cambra, porta-voz do nosso partido, em 2023, depois de este, em publicações nas redes sociais feitas em conjunto com outro membro do grupo neonazi 1143, Ricardo Pais, ter defendido a “prostituição forçada” de mulheres militantes da esquerda, com “tratamento VIP” reservado para a própria porta-voz do Trabalhadores Unidos.

Na sequência da prisão, Renata Cambra divulgou um comunicado público em que afirma: “Acaba de ser noticiado que o neonazi Mário Machado finalmente foi preso,

fazendo-se justiça face ao crime de incitamento ao ódio e à violência de que fui alvo (em concreto, o apelo público à prostituição forçada, isto é, à violação, das mulheres de esquerda em geral e minha em particular).” Mas a porta-voz do Trabalhadores Unidos sublinhou que esta condenação, embora importante, está longe de significar uma vitória definitiva contra a extrema-direita: “Este é um exemplo de que não podemos ficar caladas nem ceder ao medo perante as ameaças da extrema-direita. No entanto, tenho a consciência de que um ato individual não derrotará as forças reaccionárias que crescem.”

Para o nosso partido, este caso é revelador dos limites da resposta institucional frente à ameaça fascista. Mário Machado só foi preso depois de um longo processo, e Ricardo Pais, do mesmo grupo neonazi 1143, saiu

do tribunal com pena suspensa. Em vez de serem desmanteladas, as suas redes mantiveram-se ativas, tendo inclusive intensificado a intimidação. Na semana anterior à execução da pena de prisão, a nossa sede nacional, em Lisboa, foi alvo de uma ação do grupo 1143. Um ou mais elementos neonazis deslocaram-se ao espaço — não identificado com qualquer letreiro público — e colaram um autocolante com o símbolo do grupo, num gesto de ameaça dirigido a Renata Cambra e a todos os militantes do partido.

Em comunicado publicado a 10 de maio, o Trabalhadores Unidos denunciou: “A colagem do autocolante na sede do Trabalhadores Unidos pretende transmitir uma mensagem provocadora e ameaçadora: estão a seguir os nossos passos, estão a vigiar, querem vingar-se. Esta ação é muito mais grave do que os insultos lançados atrás de um ecrã — é a presença física, o aviso silencioso mas carregado de violência simbólica”. Apesar da gravidade dos ataques, a nossa resposta mantém-se firme.

Como sublinhou Renata Cambra no seu comunicado de 22 de maio: “Neste momento em que vemos um avanço eleitoral da extrema-direita, eu, tal como os meus camaradas do Trabalhadores Unidos, consideramos que é fundamental que toda a esquerda — partidos, centrais sindicais e movimentos sociais — avancem com a organização da mobilização unitária contra os ataques que preparam contra os nossos direitos. Porque a extrema-direita só se derrotará de forma unificada, não com pactos institucionais ou eleitorais, mas nas ruas, com a classe trabalhadora, a juventude e os setores oprimidos a demonstrarem, com toda a sua força, que não daremos nem um passo atrás.”

A prisão de Mário Machado é uma vitória parcial, conquistada graças à exposição pública e à pressão política de quem recusou calar-se. Mas a ameaça do fascismo continua viva, e só será derrotada com a força organizada da maioria trabalhadora, com coragem e solidariedade.



António Grosso (ao centro) a meio da sua intervenção.

A luta contra os abusos da Igreja é internacional

No passado dia 30 de Maio, o nosso camarada António Grosso, militante dos Trabalhadores Unidos e porta-voz da associação Coração Silenciado, participou no encontro promovido pela Rede de Sobreviventes de Abusos Eclesiásticos da Argentina, realizado em Madrid. O evento reuniu sobreviventes e ativistas de diferentes países da América Latina e Europa, com o objectivo de reforçar laços de solidariedade internacional, partilhar testemunhos e delinear caminhos comuns na luta contra os abusos eclesiais no mundo.

António Grosso sublinhou o espírito fraterno do encontro e a intensidade dos testemunhos partilhados: “A reunião decorreu num ambiente muito caloroso e fraterno, com espantosas intervenções e tremendos testemunhos, e com um debate muito interessante sobre as formas de contrariar os obstáculos que a Igreja continua empenhada em manter.”

Num momento em que o escândalo dos abusos e a resposta cúmplice da hierarquia católica voltam a estar na ordem do dia, António Grosso alertou para a gravidade da situação em Portugal. A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), denunciou, continua a encobrir crimes, revitimizar sobreviventes e bloquear o acesso à verdade e à justiça: “No caso português, continua o encobrimento, as palavras que leva o vento, a revitimização das pessoas abusadas, a longa espera por reparações prometidas e a maquiavélica e inquisitória ânsia de avaliar a verossimilhança das situações ocorridas,

como se, à partida, fôssemos todos/as aldrabões.”

O dirigente da Coração Silenciado condenou também o funcionamento opaco do chamado “Grupo Vita”, criado pela CEP, e a humilhação sistemática a que são submetidas as vítimas durante os processos de escuta. Segundo explicou, as pessoas sobreviventes não podem estar acompanhadas por advogado/a ou psicólogo/a, nem tomar notas ou usar o telemóvel nas entrevistas. Para mais, estão a ser elaborados relatórios detalhados sobre cada um dos 78 pedidos de compensação — mas a CEP recusa entregar às próprias vítimas esses documentos, violando gravemente o direito à informação e à autodeterminação.

A crítica estendeu-se à arrogância institucional da Igreja, habituada a gozar da benevolência do Estado e a esconder os seus crimes: “É essa a Igreja, sempre bafejada pelo Estado com as Concordatas, isenta de impostos, impermeável a qualquer investigação, que ainda tem o atrevimento de vir dizer, pela boca do presidente da CEP, que a Igreja não é rica.”

O militante dos Trabalhadores Unidos recordou ainda o papel decisivo da Comissão Independente, que em 2023 validou 512 testemunhos de vítimas, enquanto outra estrutura criada pela Igreja apenas acolheu 78 pedidos de indemnização — e, além disso, destruiu os contactos das restantes vítimas, impedindo qualquer seguimento: “Entre as minorias oprimidas pelos Estados, pelas classes dominantes e pelas igrejas estão

“É essa a Igreja, sempre bafejada pelo Estado com as Concordatas, que ainda tem o atrevimento de vir dizer, pela boca do presidente da CEP, que a Igreja não é rica.”

as vítimas de abusos físicos, psicológicos e sexuais, que durante a sua infância e adolescência sofreram e sofrem inolvidáveis traumas, a que chamamos crimes e a que a Igreja suavemente chama de pecados ou atentados ao pudor.”

Citando o então cardeal-patriarca de Lisboa, que desvalorizou os crimes dizendo que “há 50, 60, 70 anos... ainda nem sequer era crime público”, António Grosso afirma que é precisamente esta mentalidade que continua a alimentar a impunidade. E concluiu: “Vergonha que a tenham eles; a nós, compete-nos a coragem!”

A presença de António Grosso neste encontro internacional marca mais um passo na construção de uma rede global de denúncia e solidariedade. O jornal Combate saúda a sua intervenção combativa e reafirma o compromisso dos Trabalhadores Unidos com a luta das vítimas e sobreviventes de abusos eclesiais, contra a aliança podre entre a Igreja e o Estado e pela ruptura com todas as formas de opressão institucionalizada.

LOS ANGELES

DIAS DE RAIVA CONTRA AS DEPORTAÇÕES E A REPRESSÃO DE TRUMP

Ezequiel Peressini

Dirigente da Izquierda Socialista e UIT-QI

Desde sexta-feira, 6 de junho, o presidente de extrema-direita Donald Trump tem utilizado o Serviço de Imigração e Controlo de Alfândegas dos Estados Unidos (ICE) para efetuar rusgas para prender, deter e deportar imigrantes sem documentos em Los Angeles, a maior cidade do estado da Califórnia. Numa primeira rusga, cerca de 50 pessoas terão sido detidas, o que gerou uma grande mobilização popular, com centenas de pessoas a concentrarem-se em frente aos locais de detenção. O ICE não conseguiu parar os protestos e Trump enviou então a Guarda Nacional para militarizar Los Angeles e outras cidades próximas.

Desde que tomou posse para o seu segundo mandato, Trump ordenou deportações em massa de migrantes e prometeu expulsar um milhão por ano. Trump deu super-poderes ao ICE, que foi criado em 2003 para perseguir a população muçulmana. Iniciou rusgas em diferentes cidades com numerosa população latina, visando restaurantes e empresas; utilizou também a sua política anti-imigração agressiva contra ativistas universitários que defendiam a causa palestina; expulsou e transferiu à força mais de 200 migrantes venezuelanos para as prisões massivas do Bukele, em El Salvador, e anteriormente tinha enviado migrantes para a prisão de Guantánamo, em Cuba.

Para atingir o seu objetivo, Trump está a concentrar-se no estado da Califórnia. Tem, contudo, encontrado forte resistência em Los Angeles, que tem uma numerada população migrante e é classificada como uma 'cidade santuário', onde, em termos gerais, a polícia limita a sua cooperação com as autoridades federais em matéria de imigração.

2.000 soldados para travar a mobilização

Os protestos em Los Angeles contra a política de imigração de Trump não são de estranhar. Dez dias após a sua tomada de posse, milhares de imigrantes mobilizaram-se em todo o país contra a política de

imigração do governo. Na sexta-feira, dia 6 de junho, o ICE chegou à cidade, efetuando rusgas indiscriminadas, que se concentraram no chamado 'bairro da moda', situado no sul e no centro histórico da cidade, uma zona de fábricas e lojas de têxteis e vestuário, onde a maioria dos trabalhadores são latino-americanos e asiáticos. Foi desencadeada uma verdadeira caça às bruxas, levada a cabo por homens armados, violando todos os direitos das pessoas.

Como parte da crescente mobilização contra as políticas de extrema-direita de Donald Trump, a resposta foi rápida. Na sexta-feira, dia 6, e no sábado, dia 7, centenas de pessoas juntaram-se às portões dos centros de detenção para protestar contra as detenções arbitrárias e ilegais e exigiram a libertação dos detidos, com cartazes que diziam: "ICE fora das nossas comunidades", "Todos os direitos para todos os imigrantes", "Educação, não deportação", "Os bilionários são os verdadeiros inimigos, não os imigrantes". Perante isto, o governo de extrema-direita de Trump, ordenou o envio de 2.000 soldados da Guarda Nacional. Também declarou que 700 fuzileiros navais estão prontos para se posicionar.

A presença de tropas na cidade e a feroz repressão por elas exercida indignaram a população, que saiu em massa para um terceiro dia de protestos, desencadeando dias de fúria entre trabalhadores e migrantes. Os protestos estenderam-se a Paramount, uma cidade a sul de Los Angeles, onde 82% dos habitantes são de origem latina. Houve também protestos em Compton,

também no sul da cidade. Neste contexto, registaram-se confrontos prolongados e duros. Centenas de pessoas foram já detidas e dezenas ficaram feridas.

Vamos alargar a mobilização a todos os 50 estados, juntamente com os trabalhadores!

Os dias extraordinários de luta em Los Angeles não são expressões isoladas, num país com uma desigualdade crescente, uma longa história de racismo e violência policial. Estes protestos fazem parte da rejeição do governo de Donald Trump por milhões de pessoas. Em pouco mais de 100 dias, grandes mobilizações varreram os Estados Unidos. No início do seu mandato, os funcionários públicos mobilizaram-se contra os cortes e despedimentos no Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) e o seu antigo parceiro, Elon Musk.

Em abril, realizaram-se 1200 manifestações em 50 cidades e seguiram-se os protestos contra os ataques aos cuidados de saúde e à educação, incluindo os ataques às universidades de Harvard e Columbia. Agora, o Movimento 50501 ('50 protestos, 50 estados, 1 movimento') está a convocar uma mobilização nacional para 14 de junho, sob o lema 'No Kings' ('Não Há Reis'), referindo-se às pretensões autoritárias de Trump.

Hoje, os trabalhadores e as suas organizações sindicais e sociais sabem que, juntamente com os trabalhadores, que fizeram numerosas greves nos últimos anos, as mulheres, a população negra e a juventude militante, que recorda a luta pela justiça após o assassinato de George Floyd em 2020, e todas as pessoas empobrecidas, podem derrotar Donald Trump e o seu governo; que já começa a atravessar uma crise política.

Desde a Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (UIT-QI), juntamo-nos às exigências: Abaixo a repressão de Trump! Libertem os prisioneiros em Los Angeles! Guarda Nacional, fuzileiros navais e o FBI fora dos bairros! Abolição do ICE e das deportações!





Protesto da SUNTRACS

PANAMÁ

LIBERDADE PARA OS DIRIGENTES DA SUNTRACS E SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO TRABALHADOR DO PANAMÁ!

A partir da Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI), estamos a promover uma campanha internacional de solidariedade com a luta do povo panamenho, contra a repressão e pela liberdade dos dirigentes do SUNTRACS (sindicato da construção), perseguidos e detidos pelo governo de José Raúl Mulino.

Há vários meses que os trabalhadores e o povo do Panamá têm vindo a desenvolver mobilizações massivas, em defesa da soberania e contra as tentativas de Trump de assumir o controlo do Canal do Panamá, para uso preferencial dos seus navios militares e comerciais. A política do governo de José Raúl Mulino aplica um plano de austeridade brutal e ataca os direitos conquistados pelo povo trabalhador através da resistência operária e popular, com o fim de terminar o trabalho que nenhum governo conseguiu.

Mulino procura implementar a privatização da ‘Caixa de Segurança Social’, através da Lei 462, e a reabertura da mina de cobre, encerrada desde 2023 após ter sido declarada inconstitucional perante uma mobilização massiva em defesa do ambiente. No mesmo sentido saqueador e destrutivo, o governo e a administração do Canal do Panamá pretendem impor a construção de uma barragem no curso do rio Índio, para entregar milhões de litros de água doce para assim elevar o nível do Canal em épocas de seca; assim, grandes regiões seriam inundadas e as comunidades que ali vivem seriam desalojadas, com a consequente destruição do meio ambiente na região.

A mobilização e as greves são os instrumentos de luta que a classe trabalhadora e o povo estão a utilizar para rejeitar a Lei 462, aprovada pela Assembleia Nacional a pedido de Mulino, para privatizar a segurança

social. As longas greves continuam, mais de um mês depois de terem começado. Neste momento, continua em curso uma greve dos trabalhadores de bananas ‘Chiquita’, em Bocas del Toro, a greve dos professores, espalhada por todo o país, e a greve dos trabalhadores da construção civil. Recentemente, realizaram-se, em todo o país, mobilizações em massa de mulheres e de trabalhadores do sector da saúde, e espera-se que as mobilizações nacionais continuem.

Para quebrar as greves e as mobilizações e continuar a aplicar as suas medidas de austeridade, o governo repressivo do Panamá desencadeou uma repressão feroz contra o povo mobilizado. Prende as mulheres em luta nas comunidades de Darien, castiga os estudantes universitários e o reitor da Universidade Nacional do Panamá entrega os

A mobilização e as greves são os instrumentos de luta que a classe trabalhadora e o povo estão a utilizar para rejeitar a Lei 462

seus dados à repressão, declara as greves ilegais e espanca e dispara contra os trabalhadores que bloqueiam vias e estradas, e declarou o estado de emergência em Bocas del Toro.

A repressão já atingiu níveis sem precedentes e o seu pior aspecto é a detenção e prisão dos dirigentes do poderoso SUNTRACS (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e Afins), uma das organizações que lidera a luta do povo panamenho. O governo instaurou processos infundados desde 2022, e colocou Jaime Caballero e Genaro López em prisão preventiva, enquanto Saúl Méndez aguarda asilo político na embaixada da Bolívia e Erasmo Cerrud está a ser procurado como um ‘fugitivo’. Para além destas detenções e perseguições, o governo declarou ilegal a greve da banana em Bocas del Toro e a multinacional Chiquita despediu cerca de 5.000 trabalhadores. Contra os professores, está a pedir auditorias financeiras através do gabinete do controlador, e está a prender líderes das comunidades nativas.

A partir da UIT-QI, e juntamente com a nossa camarada Priscilla Vasquez e a Proposta Socialista (secção da UIT-QI no Panamá), repudiamos a prisão dos dirigentes operários, populares e sindicais que lideram a resistência do povo trabalhador do Panamá. Repudiamos a perseguição judicial e os embustes e a repressão contra as organizações em luta. Apelamos às organizações operárias, populares, democráticas, de direitos humanos, de mulheres, de jovens e de povos originários, bem como às organizações políticas democráticas, para que lancem uma firme campanha de solidariedade internacional para exigir a liberdade dos dirigentes detidos e perseguidos da SUNTRACS, e para manifestar o apoio às lutas e reivindicações do povo do Panamá contra o repressor e pró-imperialista José Raúl Mulino.



Militantes e simpatizantes do TU em solidariedade com o povo do Panamá

PALESTINA LIVRE!

BASTA DE FOME E GENOCÍDIO EM GAZA



Miguel Ángel Hernández

Dirigente da UIT-QI

Há cerca de três meses, o governo de extrema-direita de Netanyahu impôs um bloqueio criminoso à Faixa de Gaza, impedindo a entrada de alimentos, água, medicamentos e combustível, além de restringir o fornecimento de eletricidade. O seu objectivo é fazer o povo de Gaza passar fome para forçar a população a abandonar o enclave e impor a rendição da resistência palestina, completando assim a limpeza étnica iniciada por Israel em 1947 e hoje apoiada por Trump.

Gaza vive uma situação humanitária gravíssima. O risco de fome generalizada está a aumentar. Meio milhão de pessoas (20% da população) correm o risco de morrer de inanição, segundo relatórios da própria organização. Por sua vez, a Organização

Mundial da Saúde informou que 57 crianças morreram por desnutrição desde Março, quando Israel iniciou o bloqueio de Gaza.

Em Março, o regime sionista de Israel quebrou a trégua e retomou os bombardeamentos, como parte de uma nova ofensiva lançada a 18 de Maio, intitulada “Operação Carros de Guerra de Gideão”. O criminoso Netanyahu afirmou que esta nova ofensiva tem como objectivo ocupar Gaza e que não recuariam. Declarou, num comité do parlamento sionista: “Estamos a destruir cada vez mais casas e os habitantes de Gaza não terão para onde voltar. O único desfecho inevitável será a decisão dos habitantes de Gaza de emigrar para fora da Faixa.”

A pressão mundial obriga Israel a permitir entrada mínima de ajuda humanitária

Depois de levar o povo palestino em Gaza à beira da fome total, Netanyahu foi forçado a permitir a entrada de uma fracção mínima da ajuda humanitária. Entre segunda-feira, 19 de Maio, e sexta-feira, 23 de Maio, cerca de 385 camiões com alimentos, medicamentos e outros produtos entraram na Faixa de Gaza. Muitos destes produtos demoraram a chegar aos habitantes. Estes números continuam a ser largamente insuficientes, tendo em conta que, durante a trégua, chegavam a entrar até 600 camiões por dia, e que actualmente há centenas à espera na fronteira.

Esta cedência do governo israelita não se deveu a qualquer preocupação humanitária.

Foi uma decisão fria e calculada, motivada pela pressão de diversos governos — como o próprio Netanyahu reconheceu, de forma cínica: “Os nossos melhores amigos no mundo, senadores que conheço e que apoiam Israel, dizem-me: daremos todo o apoio necessário para uma vitória total — armas, apoio para eliminar o Hamas, apoio no Conselho de Segurança da ONU —, mas não podemos continuar a ver imagens de fome (em Gaza).”

Com a brutalidade que o caracteriza, o ministro das Finanças de extrema-direita, Bezalel Smotrich, declarou: “Preferiria não enviar um único grão de comida para Gaza, nem sequer para os civis? Talvez.” E acrescentou: “Compreendo profundamente a raiva e a dor que todos sentimos. A verdade é que, até que todos os reféns sejam libertados, não devíamos sequer enviar água. Mas, na prática, se agirmos assim, o mundo forçar-nos-á a parar a guerra imediatamente, e perderemos.”

A pressão dos governos sobre Israel é ditada pela mobilização

As inúmeras denúncias de organizações internacionais sobre a iminente catástrofe humanitária deram novo impulso às mobilizações em todo o mundo, especialmente na Europa. Esta conjuntura coincidiu com o 77.º aniversário da Nakba, ocasião em que milhares de pessoas saíram às ruas por todo o mundo contra os seus governos e em apoio à luta do povo palestino. Em Madrid, a 10 de Maio, mais de 80.000 pessoas

O seu objectivo é fazer o povo de Gaza passar fome para forçar a população a abandonar o enclave e impor a rendição da resistência palestina, completando assim a limpeza étnica iniciada por Israel em 1947.

manifestaram-se exigindo o fim da venda de armas a Israel e o rompimento das relações com o Estado sionista. Em Haia, nos Países Baixos, a 18 de Maio, 100.000 pessoas marcharam exigindo que o governo suspendesse o seu apoio a Israel. Em Londres, cerca de meio milhão de manifestantes saíram à rua no dia 17.

França, Canadá e Reino Unido, num comunicado emitido a 19 de Maio, rejeitaram a nova ofensiva militar sionista, pediram um cessar-fogo e, hipocritamente, depois de meses a apoiar Israel, afirmaram que “o nível de sofrimento humano em Gaza é intolerável”. No mesmo comunicado conjun-

to, ameaçaram: “Se Israel não interromper a nova ofensiva militar e não suspender as restrições à ajuda humanitária, tomaremos novas medidas concretas em resposta.” Posteriormente, o governo britânico suspendeu as negociações em curso com Israel para um acordo de livre comércio. Outros dezoito países exigiram a retoma imediata da ajuda humanitária plena à Faixa de Gaza.

Os governos capitalistas da Europa e de outras regiões não estão a questionar Israel por princípios humanitários, mas sim devido à forte pressão dos movimentos de massas, que pode, eventualmente, despoletar crises nos seus próprios regimes.

NAS RUAS

APROFUNDAR A MOBILIZAÇÃO MUNDIAL EM APOIO À RESISTÊNCIA PALESTINIANA

Nós, da UIT-QI, afirmamos que, para derrotar a tentativa de limpeza étnica e ocupação de Gaza, é necessário continuar a mobilização mundial em apoio ao povo palestino e à sua resistência.

Defendemos a abertura imediata das passagens fronteiriças, para garantir a entrada de alimentos, medicamentos, combustível e água, e o restabelecimento do fornecimento de eletricidade. Exigimos que todos os governos do mundo — em especial os regimes árabes e do Médio Oriente, que pouco ou nada fazem pelos palestinianos — rompam relações políticas, diplomáticas, comerciais, culturais e académicas com Israel. E, no caso dos governos árabes, que apoiem a resistência palestiniana em Gaza e na Cisjor-

dânia com armas e outros recursos.

Defendemos também um cessar-fogo imediato e a retirada de todas as tropas israelitas de Gaza, da Cisjordânia, da Síria e do Líbano. Rejeitamos a limpeza étnica promovida por Trump e Netanyahu, assim como os bombardeamentos israelitas e norte-americanos ao Iémen. Rechaçamos o plano de Israel e de Trump de militarizar e privatizar a entrada da ajuda humanitária. Condenamos a detenção ilegal e a ameaça de deportação de activistas que defendem a libertação da Palestina, como sucedeu nos Estados Unidos e na Alemanha.

Por uma Palestina única, laica, democrática e não racista. Palestina livre, do rio ao mar!

REPUDIAMOS A AGRESSÃO CRIMINOSA DE ISRAEL CONTRA O IRÃO

No dia 12 de junho, Israel lançou uma agressão criminosa com cerca de 200 aviões de combate bombardeando o Irão. Atingiu zonas civis da capital Teerão e residências militares. Matou mais de 70 civis e altos funcionários iranianos, como o general de divisão Mohammad Bagheri, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas iranianas, o general Hossein Salami, comandante-em-chefe da Guarda Revolucionária, e o general Gholamali Rashid, subchefe das Forças Armadas. Foram também registadas explosões nas cidades iranianas de Isfahan, Arak e Kermanshah, onde se situam complexos militares e industriais.

Desde a UIT-QI repudiamos esta nova ação criminosa do Estado sionista que está a cometer um genocídio contra o povo palestino e agride permanentemente com bombardeamentos os povos do Líbano, da Síria e do Irão.

O primeiro-ministro genocida Benjamin Netanyahu anunciou que se tratava de uma ação “necessária” e “preventiva” ante uma possível ação militar nuclear do Irão. Falso. Não houve qualquer ação militar do Irão que, por outro lado, estava em negociações com os EUA sobre a sua produção nuclear que, por sua vez, é controlada permanentemente pela agência de energia atómica da ONU.

Em relação ao Irão, reconhecemos o seu direito de se defender contra o ataque criminoso do sionismo. E repudiamos qualquer agressão sionista ou do imperialismo. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de assinalar que não damos qualquer apoio político ao regime iraniano. O governo autoritário teocrático do Irão nunca deu respostas contundentes às ações criminosas de Israel nem tem sido consequente com o apoio à resistência palestiniana. Por outro lado, como regime capitalista e autoritário reprime o movimento de massas, a classe trabalhadora, o povo iraniano e, em especial, as reivindicações das mulheres pelos seus direitos.

A partir da UIT-QI apelamos aos povos do mundo para que se mobilizem para repudiar a agressão de Israel e para apoiar o Irão na sua defesa.



Milhares tentam quebrar o bloqueio de ajuda humanitária a Rafah numa 'Marcha a Gaza'

**7 DE JUNHO****ORGULHO É RESISTÊNCIA, NÃO MERCADORIA**

No dia 7 de junho, marchámos na Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa com um bloco combativo e militante, afirmando que os nossos corpos e as nossas vidas não se negociam. Num país onde o novo governo ignora os nossos direitos e onde a extrema-direita avança com discurso de ódio, exigimos políticas pú-

blicas que garantam acesso digno a saúde e educação inclusivas e a habitação e trabalho dignos. Rejeitamos o rainbow washing institucional e empresarial, e ligamos o orgulho queer à luta de classes. Porque só com luta unificada e anticapitalista venceremos o retrocesso.

**4 E 9 DE JUNHO****PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR!
RUTURA DE RELAÇÕES COM ISRAEL! LIBERTAÇÃO
DOS ATIVISTAS DA GAZA FREEDOM FLOTILLA!**

O Trabalhadores Unidos esteve nas ruas de Lisboa, no passado dia 4 de junho, em solidariedade com a resistência do povo palestino, contra o genocídio em curso. Marchámos exigindo o fim imediato da cumplicidade do Estado português com Israel, o embargo militar e a rutura de relações com o regime sionista. Já no dia 9 de junho, em frente à Assembleia da República, juntamo-nos à manifestação espontânea em solidariedade com os 12 ativistas que navegavam a bordo

da embarcação Madleen, com o objetivo de quebrar o bloqueio a Gaza e fazer entrar ajuda humanitária, mas que foram capturados pelo estado genocida de Israel. Exigimos a sua libertação imediata e que seja mantida a sua integridade física. A luta palestina não é só uma luta por território — é uma luta por liberdade, dignidade e justiça social. Do rio ao mar, Palestina será livre — única, laica, democrática e não racista!

**10 E 15 DE JUNHO****CONTRA O RACISMO, CONTRA O MEDO**

Estivemos presentes na manifestação antirracista de 10 de junho, convocada por organizações negras e de imigrantes, contra a violência policial, o racismo institucional e o avanço do discurso reacionário, racista e xenófobo. Denunciamos o papel do Estado português na marginalização sistemática de comunidades racializadas e imigrantes, e exigimos a regularização de todas as pessoas migrantes, justiça para as vítimas da violência racista e o desmantelamento das políticas securitárias. Não esquecemos Alcindo

Monteiro — nem aceitamos que o 10 de Junho seja usado para branquear o colonialismo. O futuro será antirracista ou não será!

Estivemos também presentes na concentração de 15 de Junho em frente ao teatro A Barraca, em solidariedade com o ator Adérito Lopes, agredido por neonazis a 10 de junho. Apelamos, na concentração, a uma manifestação unitária em frente à Assembleia da República para pressionar o governo, o PR e os deputados a avançar na ilegalização dos grupos neonazis.